



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais
Município de Tomar

Meleky
Ana P. Marmelo

ACTA Nº 13

No dia catorze de março de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta minutos, no edifício sito na Rua Major Ferreira do Amaral, nº 9, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais) em sessão extraordinária com a ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória.

Presidiu à sessão a Presidente da Mesa, Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa, coadjuvada pelo 1º Secretário António Francisco Tavares Martins e 2ª Secretária Ana Maria dos Pereiros Marmelo da Silva, todos eleitos pelo PS.

Feita a chamada verificou-se encontrarem-se presentes todos os membros da assembleia de freguesia, com as justificações apresentadas e substituições solicitadas de acordo com a lista eleita bem como todos os membros de Junta de Freguesia.

Pelo Partido CHEGA – Américo José Gomes Assunção.

Coligação CDS-PP-MPT-PPM- Coligação “Tomar Queremos Responder” – Teresa Maria Ribeiro da Fonseca Ramos.

PSD – Alexandre Gabriel Mateus Horta, António Joaquim Lopes Ferreirinha, Cristina Alexandra Duarte Brito Alves, Maria do Céu Lopes Rodrigues Ferreira e Miguel José Costa Coelho Rodrigues.

PS – Rui Manuel Alegria Bugalhão, Sílvia Catarina Henriques de Sousa e Ricardo António Ribeiro Simões,

A Presidente da Mesa abriu a sessão saudando todas as pessoas presentes e seguidamente procedeu à leitura do requerimento do Presidente da Junta solicitando a convocação da presente reunião.

Entrou-se de imediato no 1º ponto da Ordem de trabalhos - **Análise Discussão e Votação da Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a Junta de Freguesia.**

A Presidente da Mesa convidou o Presidente da Junta a fazer a apresentação e enquadramento do assunto.

Augusto Barros (PS) disse que era do conhecimento do executivo da freguesia que a Câmara tinha a intenção de entregar à Junta a área restante da cidade não abrangida pelo contrato interadministrativo anterior e efectivamente veio a colocar-nos a questão com carácter urgente, pelo que depois de recolhidas algumas informações sobre custos começámos por apresentar uma proposta de 200.000 euros com a qual a Câmara não concordou. Relativamente às áreas abrangidas pelo novo contrato agora em apreciação, transferiu a palavra para a vogal do executivo Sara Costa (PS).

Esta explicou então que a área abrangida é toda aquela que se situa a nascente do Nabão e assinalada a azul e rosa na planta que se encontrava em exposição na sala. Desenvolveu também o conteúdo dos

Meleky
Prof. Inês de Almeida

conceitos de “gestão e manutenção de espaços verdes”, indicando as diversas tarefas a executar e de “higiene e limpeza”. Também mencionou as diversas zonas excluídas do contrato, assinaladas a amarelo. Explicou, por último, que o custo anual de 150.000 euros que a Câmara irá transferir se o contrato for aprovado é devido na totalidade não obstante a execução por parte da Junta abranger apenas os meses futuros (Abril a Dezembro).

Alexandre Horta (PSD) questionou se continuam incluídas na reponsabilidade da Junta o cantão situado nas imediações da estrada do Prado e a zona histórica, tendo o Presidente da Junta confirmado que sim.

Miguel Rodrigues (PSD) quis saber quais os motivos para a exclusão das ditas zonas amarelas visto que a Junta tem cuidado melhor dos espaços do que a Câmara, lamentando a exclusão das referidas áreas. Acrescentou que a situação é semelhante à que ocorre com a Mata Nacional, que também beneficiaria de melhores cuidados se a sua manutenção estivesse a cargo da Câmara em vez de estar a cargo do ICNF.

Américo Assunção (Chega) pronunciou-se no sentido de que a Junta, e não apenas a Câmara, também deveria fazer o acompanhamento da execução do contrato para garantir que esta última cumpre a parte a que fica obrigada.

Sílvia Sousa (PS) afirmou que as zonas a amarelo são as respeitantes aos jardins, que exigem muito mais equipamento e que a obrigação do contrato a cargo da Câmara é pagar, competindo à Junta executar os trabalhos.

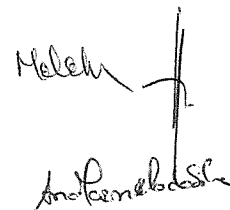
Dada a palavra ao Presidente da Junta, Augusto Barros (PS) afirmou que uma das áreas estruturantes é a Alameda, tendo esta características para a quais a Câmara tem mais meios. O mesmo acontece com a limpeza do mercado e com a área envolvente à Biblioteca, tendo esta última necessidade de uma intervenção profunda. Acrescentou que o facto de ficarem algumas zonas reservadas para a Câmara até nos permite comparar o trabalho deles com o nosso. Disse ainda que a Câmara tem máquinas que nós não temos e que de qualquer forma haverá necessidade de reforçar a nossa equipa de pessoal, esclarecendo ainda que a Junta afastou por completo a hipótese de aceitar a transferência do pessoal da Câmara (jardineiros).

A Presidente da Mesa Celeste Sousa (PS) interveio para esclarecer que relativamente à questão colocada por Américo Assunção (Chega) é um facto que a Câmara mantém a responsabilidade directa por algumas das tarefas a executar mesmo no interior da zona contratada com a Junta, como decorre do artigo 3º do contrato.

Cristina Alves (PSD) interveio dizendo que a falta de limpeza urbana tem sido um grande problema desta cidade e que depois de a Junta ter assumido a área anterior houve uma notória melhoria. Acrescentou que a sua expectativa seria a Junta tomar a responsabilidade por todos os espaços porque estariam muito melhor cuidados.

Miguel Rodrigues (PSD) questionou ainda o que sucederá após Janeiro de 2025, visto que o contrato em apreço deixará de vigorar no fim do ano.

Dada a palavra ao Presidente da Junta, Augusto Barros (PS) afirmou que esta é uma realidade nova. Vamos fazer esta experiência e vamos contabilizar tudo para determinar os custos efectivos, com a perspectiva de entretanto vir a negociar um novo contrato para vigorar em 2025.



Rui Bugalhão (PS) notou que será uma forma de pressão que a Junta vai colocar sobre a Câmara, porque tendo o pessoal no terreno isso contrasta com as áreas a cargo da Câmara. E que a melhoria deste serviço é uma mais-valia para todos os fregueses.

Usou então da palavra o tesoureiro José Marques (PS) para explicar como é que se chegou ao valor de 150.000 euros. Referiu que foi feita a medição de todo o percurso abrangido pelo contrato, o qual totaliza 15 quilómetros, tendo este número sido multiplicado por 2 para incluir as áreas adjacentes a cada uma das bermas. E que após consultadas algumas empresas eventualmente interessadas, concluiu-se que o custo rondaria os 150 euros por quilómetro, valor este que foi multiplicado pelo número de intervenções previsível, chegando-se assim a um valor que foi arredondado por excesso para os 200.000 euros, o qual foi proposto à Câmara. Acabou por se aceitar o valor de 150.000 euros tendo em conta que o contrato só irá ser aplicado aos 9 meses restantes do ano.

Alexandre Horta (PSD) declarou que a sua bancada vai dar o benefício da dúvida ao executivo, recomendando a este que tenha em atenção as obrigações do Município, designadamente as referidas no artigo 3º

Submetido a votação foi este documento aprovado com a seguinte votação: 7 votos a favor (6PS+1CH) e 6 abstenção (5PSD+1CDS).

Passou-se então ao **Ponto dois – Análise Discussão e Votação da 1.ª Alteração Modificativa da Receita/Despesa e P.P.I. de 2024.**

Dada a palavra ao Presidente da Junta este endossou-a ao Tesoureiro José Marques (PS) que esclareceu que a Junta vai procurar obter 4 trabalhadores no Centro de Emprego para afectar à execução do contrato.

Explicou ainda a necessidade de enquadrar orçamentalmente a verba que se espera receber do Centro de Emprego (19.555,59€) bem como a verba de 150.000 euros a transferir pelo Município, bem como as diversas rubricas da Despesa que serão correspondentemente reforçadas. Disse ainda que a viatura a adquirir é um aspirador mecânico para fazer a aspiração dos passeios, cujo custo se prevê rondar os 27.000 euros, tendo exibido um dos modelos possíveis existentes no mercado, esperando-se com isso poupar o trabalho de 5 ou 6 varredores.

Alexandre Horta (PSD) questionou se, tendo em conta as limitações do IEFP em disponibilizar pessoal, a Junta tinha equacionado contratar pessoal formado no CIRE, que tem um curso de jardinagem. Disse ainda que apesar do reforço da verba destinada a gásóleo agora inserida nesta alteração orçamental a Junta não deverá deixar de recorrer ao gásóleo da Câmara (depósito da FAI), até esgotar as quantidades a que tiver acesso.

Augusto Barros (PS) respondeu que efectivamente a Junta já equacionou vir a estabelecer com o CIRE a atribuição de uma determinada zona, em que as tarefas sejam executadas autonomamente por uma equipa do CIRE devidamente chefiada por um responsável, contribuindo assim para a inserção social, não lhe parecendo todavia aconselhável integrar elementos do CIRE de forma avulsa nas equipas de trabalho da Junta, dada a natural diferença de ritmos e de desempenho.

Acrescentou a propósito que neste momento estão dois estagiários do CIRE a trabalhar para a Junta, tal como também uma estagiária do IPT, da área das artes gráficas.

Alexandre Horta (PSD) manifestou o aplauso da sua bancada a este tipo de cooperação.

Também Rui Bugalhão (PS) declarou ser importante a articulação entre as várias entidades, tendo em vista a valorização das pessoas e instituições.

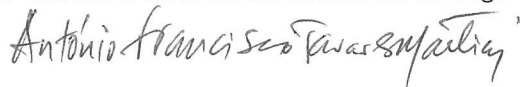
Submetido a votação foi este documento aprovado com a seguinte votação: 6 votos a favor (PS) e 7 abstenção (5PSD+1CDS+1CH).

E nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião cerca das vinte e uma horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta que depois de aprovada vai ser devidamente assinada.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,



O 1º secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia,



A 2ª secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia,

